

Saude

GDF quer transformar Riacho Fundo em hospital

Granja do Ipê abrigará sede da Secretaria de Meio Ambiente, da Proflora e de instituto

O governador José Aparecido propôs ao presidente José Sarney, através de ofício entregue ontem ao ministro-chefe da Casa Civil, Marco Maciel, no Palácio do Buriti, acabar com mais um símbolo da moradia — a Granja do Riacho Fundo, residência do presidente Ernesto Geisel e do secretário particular Heitor de Aquino, entre outros. A destinação da Granja: sua transformação em Hospital Psiquiátrico, um dos problemas mais graves na área de saúde, segundo o governador José Aparecido.

Ontem mesmo o governador José Aparecido recebeu das mãos do ministro Marco Maciel a chave da outra Granja, a Granja do Ipê, que foi residência dos

ministros Leitão de Abreu e Golbery do Couto e Silva, que também terá uma destinação pública: será sede da Secretaria de Meio Ambiente, Cléncia e Tecnologia, da Proflora e do Instituto de Tecnologia Alternativa. "Uma Granja que servia como residência de um ministro de Estado será sede, e folgadamente, com poucas adaptações, de uma Secretaria inteira e dois órgãos da maior importância para a defesa do meio-ambiente e da ecologia em Brasília", afirmou o governador.

José Aparecido lembrou que também a Granja do Torto foi recuperada pelo GDF, mantendo-se com o Governo Federal apenas a área da residência, que servirá, eventualmente,

como casa para hóspedes internacionais. A Granja do Torto foi a última residência do presidente João Figueiredo. O GDF, agora, estuda a utilização para a área da Granja do Torto, que é enorme.

Quanto ao Hospital Psiquiátrico, segundo o governador, ele é da maior importância para Brasília, que só tem um hospital desse tipo, em Taguatinga, que funciona em condições precárias. "Seria um hospital psiquiátrico-modelo, e os gastos para adaptação da Granja do Riacho Fundo, segundo estudos já feitos, seriam mínimos. O projeto já está pronto, todos os estudos foram feitos, só aguardamos um sinal verde da Presidência, que deverá vir logo", afirmou.

Constituinte infantil vai mudar escola

Se os adultos ainda têm que esperar até o dia 15 de novembro para as eleições, o mesmo não acontece com as crianças da escola Tia Biba, no Lago Norte. Lá, hoje, será um grande dia em que as crianças poderão, pela primeira vez, eleger seus representantes para fazer a Constituição da escola. Desde setembro que, além dos estudos e brincadeiras, os jovens eletores estão empenhados em comícios, propaganda política e muito trabalho para levar seus partidos à frente. E não são poucos: oito partidos e 54 candidatos disputam 12 vagas para deputado infantil, seis para deputado adulto e outras seis para senador.

Os 24 constituintes, incluindo alunos, professores e funcionários — que se candidataram às vagas dos adultos — irão se reunir regularmente, ouvir sugestões dos eletores para finalmente escrever o novo regimento escolar, a ser homologado pela direção. Com o preparo de títulos de eleitor, registro dos partidos e até horário específico durante o recreio para a propaganda dos partidos, a escola viveu meses de prática política suficiente para, quem sabe, preparar futuros parlamentares.

Um bom exemplo é Carmônio Cruz Gomes, 12 anos, filiado ao Partido da Frente dos Alunos (PFA) e candidato a deputado pelo PFL no Maranhão. — Ele me ensinou que ao invés de falar a palavra "prometo" é melhor usar "vou lutar para" — disse. — Também que se perder não devo ficar triste porque política é igual a roda gigante, um dia um está em cima e no outro está lá em baixo". Ao ouvir o garoto é impossível negar que está ali o protótipo de um político para Maluf ou Brizola nenhum batar defeito. Tanto que na pesquisa já feita pelo jornalzinho da escola, Carmônio foi apontado como favorito, com 50 votos.

Assinatura de acordo é adiada

A assinatura do acordo coletivo de trabalho entre o Sindicato dos Profissionais de Nível Médio da Área de Saúde, o Sindicatão, e a Fundação Hospitalar, marcada para ontem de manhã, não se consumou. E que, no momento em que a presidente do Sindicatão, Sônia Helena Bezerra de Assis, leu o documento, percebeu que a redação de várias cláusulas havia sido alterada. Diante do impasse, Sônia solicitou que fosse feita uma revisão completa nas folhas, a qual se procedeu durante toda a tarde de ontem no Departamento de Recursos Humanos da FHDF na presença da diretoria do Sindicatão, de procuradores jurídicos da Fundação e do secretário de Saúde, Laércio Valença.

Os presidentes dos sindicatos dos enfermeiros, farmacêuticos, rodoviários, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, odontólogos e fisioterapeutas assinaram seus acordos coletivos sindicais com a FHDF para o período 86/87 sem problemas, mas insatisfeitos por não terem conseguido que pelo menos 50 por cento de suas reivindicações fossem atendidas. A principal reivindicação feita pelos trabalhadores da área de saúde é a concessão da estabilidade de emprego, mas ainda não foi desta vez que eles obtiveram êxito nas negociações.

Os funcionários da FHDF protestaram tam-

bém contra a interferência do Conselho de Política de Pessoal do GDF no resultado de suas negociações com o secretário Laércio Valença. Segundo eles, "a palavra final acaba sendo do CPP, que não entende nada sobre o assunto". Eles citaram o exemplo mais recente ocorrido após dois meses de negociações com Laércio Valença, quando "as pastas depois de fechadas com o sim do Secretário foram encaminhadas ao CPP para serem avaliadas e voltaram com vetos e outras sugestões de redação", reclamou Sônia Helena.

Segundo a sindicalista, as categorias da área de saúde conseguiram ganhos considerados irrisórios tanto econômica como socialmente, pois a maioria das reivindicações aprovadas nas assembleias não foi sequer levada em consideração, apesar de terem sido apreciadas pelo secretário Laércio Valença. São considerados como ganhos "muito pouco representativos" o direito ao triênio para os funcionários contratados pela FHDF a partir de 1983, e a produtividade, para todos, de 4 por cento sobre o salário-base.

Em relação a este item, no entanto, os representantes sindicais demonstraram seu descontentamento porque, segundo eles, nos recursos a serem utilizados para o pagamento da produtividade são oriundos da

Comissão Interinstitucional de Saúde, quando deveriam ser provenientes do GDF. Eles denunciam ainda que o único ganho que tiveram por responsabilidade do GDF foi o aumento salarial de 3,82 por cento correspondente a 60 por cento do IPC acumulado entre os meses de março a agosto deste ano.

Os enfermeiros da FHDF conseguiram, no âmbito social, estabelecer no acordo a criação de uma comissão paritária para discutir a criação do Departamento de Enfermagem, e outra comissão, também paritária, para discutir a viabilidade da construção de uma creche para atender a seus filhos. Todas as categorias conseguiram estabelecer que o delegado sindical tenha estabilidade no emprego até seis meses após o término de seu mandato, que é de um ano. O retorno das discussões das 30 horas semanais de trabalho, a exemplo do Inamps, em março do próximo ano, também foi uma vitória das categorias da área de saúde, bem como a anistia aos servidores que receberam punições até o ano de 1981.

— Vamos continuar lutando por nossos direitos e já estamos inciando a campanha salarial para o próximo ano — anunciou Jacinta de Fátima, vicepresidente do Sindicato dos Enfermeiros.